



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681061 - SP (2021/0224406-8)

RELATOR : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
BRUNO SHIMIZU - SP281123
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : ALEXSANDRO SILVA DE SOUZA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de ALEXSANDRO SILVA DE SOUZA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (HC n. 2123832-07.2021.8.26.0000).

O paciente foi preso em flagrante, no dia 6/9/2020, pela suposta prática do delito de roubo majorado (art. 157, § 2º, inciso II, e § 2º-A, inciso I, c/c o art. 61, inciso II, alínea *j*, ambos do Código Penal). Posteriormente, a prisão em flagrante foi convertida em preventiva (fls. 50-51).

A defesa sustenta a ausência de fundamentação apta a justificar a segregação cautelar imposta ao paciente, reputando não atendidos os requisitos autorizadores da medida extrema do art. 312 do Código de Processo Penal.

Alega excesso de prazo da segregação cautelar, pois a audiência de instrução e julgamento foi marcada apenas para setembro de 2021, quase um ano após a prisão.

Acrescenta que o reconhecimento realizado na fase inquisitória é nulo, pois não foram observados os ditames do art. 226 do Código de Processo Penal.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem constitucional para revogar a custódia preventiva do paciente, ainda que com a imposição de medidas cautelares menos gravosas.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão, especialmente

porque no acórdão combatido o relator consignou que (fls. 74-80):

No caso em apreço, as discussões sobre a validade dos reconhecimentos feitos em sede policial demandam aprofundamento probatório que não se mostra pertinente no contexto restrito da ação de tutela da liberdade. Nessa perspectiva, cuida-se de ponto ainda debatido e sobre o qual não é possível afirmações categóricas, prevalecendo, dessa forma, o quadro indiciário que sustentou o oferecimento da ação penal e o seu processamento até o momento.

[...]

Reconhece-se, igualmente, a convergência do *periculum libertatis*. De fato, a ação ilícita revestiu-se de contornos de gravidade concreta, consubstanciada pelo concurso de agentes e emprego de violência e grave ameaça exercida com arma de fogo. Tais circunstâncias apontam para um quadro de periculosidade que, por si, indica a necessidade de resguardo da ordem pública pela via da medida extrema.

[...]

A dilação da marcha processual restou justificada no caso em apreço diante da necessidade de adequação do juízo competente com o reconhecimento da imperatividade da garantia do juízo natural. De qualquer modo, o prolongamento do processo não se mostra excessivo ou abusivo uma vez consideradas as perspectivas de eventual efetivação do poder punitivo.

Não se pode olvidar, ademais, que a adoção de medidas de prevenção da pandemia do coronavírus impôs a suspensão das atividades processuais presenciais levando, por consequência, ao acúmulo de feitos. Trata-se de situação absolutamente excepcional que impactou todo o sistema de justiça. O fato é que a audiência de instrução, debates e julgamento foi designada para data relativamente próxima, havendo, dessa forma, expectativa de encerramento da persecução.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 17 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente